

Para além dos limites da organização formal como objeto: a discussão de referências renegadas

Carlos Gabriel Eggert Boehs

INTRODUÇÃO

Neste trabalho, discutimos como a organização formal se tornou o foco dominante de interesse de pesquisa e investigação no desenvolvimento do campo de estudos organizacionais. Na primeira parte da argumentação destacamos obras e autores que ajudaram a consolidar a organização formal como predominante neste campo. A partir da segunda parte do trabalho, são apresentados autores que buscaram questionar o domínio do modelo formal burocrático de organização no âmbito dos estudos organizacionais, principalmente do ponto de vista do questionamento da lógica empregada por estas organizações, baseadas na perspectiva da racionalidade instrumental. Na terceira parte são apresentados



trabalhos no campo mais amplo das ciências sociais que apontam a existência de outros modelos preexistentes que se diferenciam do quadro de referência determinado pelo modelo de organização formal, com destaque para os estudos de organização social de comunidades e a organização familiar de produção agrícola, e que possibilitam demonstrar o quão limitada pode ter sido a perspectiva dominante nos estudos organizacionais ao longo do Século XX.

Na literatura associada aos estudos organizacionais, organizações formais são consideradas aquelas associações humanas que apresentam características específicas, isto é: orientadas por objetivos determinados por uma racionalidade que estabelece em todas as suas ações o cálculo utilitário entre meios e fins, visando ao interesse de uma coletividade (Parsons, 1956, Blau & Scott, 1979). Essa mesma racionalidade determina a forma como os controles de recursos e resultados são determinados (Child, 2007) assim como apresentam uma divisão do trabalho em que se estabelece uma relação entre subordinados e a autoridade burocrática de caráter hierarquizado baseada no conhecimento especializado de seus agentes, buscando a impessoalidade de seus processos (Weber, 2009).

Na sociedade contemporânea, a vida humana é quase que integralmente intermediada pela ação de organizações formais. Principalmente nos contextos urbanos e industrializados, para satisfazer as necessidades básicas de

sobrevivência dos indivíduos, são necessários órgãos reguladores de produção e a adoção da moeda regulada por instituições monetárias. Em questões religiosas, a intermediação por organizações eclesásticas e até mesmo na comunicação entre os indivíduos, os recursos tecnológicos são administrados por organizações formais. De acordo com Habermas (1984), com as transformações decorrentes da sociedade racionalizada, ocorre o avanço das organizações formais em todo mundo, resultando no quase desaparecimento das práticas associadas a organizações sociais comunitárias.

Eficiência, desenvolvimento, melhores condições de saúde e a promoção dos direitos humanos, assim como a regulação, controle e justiça social justificam o "modus vivendi" desta sociedade, na visão de seus defensores. Na medida que isto está relacionado com as condições indispensáveis e éticas para a vida, a prática da organização formal transforma-se em algo inquestionável e sagrado (Vizeu & Matitz, 2012).

Segundo Polanyi (1980), em uma sociedade orientada pelo mercado e relações capitalistas de produção, não são necessariamente as leis do mercado que constituem o guia de ações individuais e das organizações formais, mas as crenças nessas leis e seus conhecimentos que associados tornam as condições de uma lógica, a verdade em si mesma. Por esta razão que discutimos na primeira

parte deste trabalho, como esta centralidade da organização formal como objeto de investigação dos estudos organizacionais pode estar associada a trabalhos historicamente situados, desenvolvidos por autores como Weber (2009) e Parsons (1956), e pela propagação de conceitos e ideias veiculados através de intelectuais das escolas de negócio norte-americanas ao longo do Século XX.

No entanto, quando as relações de produção e as práticas econômicas a elas associadas passam por um amplo questionamento, decorrente dos impactos tanto éticos quanto ambientais associados ao seu modo de atuação, é que se promovem discussões sobre como a realidade é permeada por crenças e valores estabelecidos sob a égide de uma ideologia produtivista e desenvolvimentista. Por este motivo, é instrutivo olhar para outro ângulo deste contexto a fim de desnaturalizar os pressupostos construídos em um processo histórico. A partir da identificação de alternativas suscitadas também no contexto acadêmico e de pesquisas das ciências sociais mais amplas, buscamos apontar no segundo tópico deste trabalho, como a predominância das organizações formais como centro das atenções dos estudos organizacionais (EOR) se tornou alvo de questionamentos, principalmente a partir da década de 60 do século XX. Tais questionamentos foram realizadas no espectro mais amplo das ciências sociais, como por exemplo, a releitura de pesquisas da Escola Sociológica de Chicago (Abbott, 2009) da primeira metade do Século XX, das teorias anti-organização (Burrell & Morgan,

1998), a retomada da discussão da racionalidade suscitada por Rotschild-Witt (1979), e no contexto brasileiro, por Guerreiro Ramos (1981) e Serva e seus colaboradores (Caitano & Serva, 2012).

Na terceira e quarta parte deste trabalho, buscamos demonstrar como é possível identificar a “clivagem” de determinadas organizações sociais como comunidades tradicionais e as organizações familiares, do espectro de organizações produtivas, em textos referenciais nos Estudos Organizacionais (Parsons, 1956, Weber, 2009). Entre tais exemplos, buscamos trazer à discussão como a organização familiar, vinculada à indústria doméstica, por exemplo, foi historicamente descartada do campo de investigação de EOR (estudos organizacionais). Dada sua relevância social e econômica, a organização familiar não empresarial vinculada especificamente à atividade de produção agrícola representa uma coletividade que perdura na contemporaneidade sob a orientação da ação determinada pelos laços afetivos e de patrimônio, visando sua reprodução social em detrimento dos objetivos racionalmente orientados da organização formal. Perdura enquanto coletividade orientada pela divisão do trabalho sob os auspícios do controle da autoridade patriarcal e pode ou não estar submetida a uma lógica produtiva orientada para o mercado ou para a própria subsistência de seus membros. Assim o objetivo geral deste artigo é o de refletir

sobre o conceito de organização além da noção dominante da organização formal/burocrática.

A discussão final propõe então, a partir dos elementos apresentados nestas seções, encorajar a abertura de novas possibilidades de discussão, a respeito de organizações não restritas ao âmbito do modelo de organização formal burocrática.

A CONSOLIDAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO FORMAL COMO ALVO DOS ESTUDOS ORGANIZACIONAIS NO SÉCULO XX

Neste tópico do artigo, são identificados autores do campo dos estudos organizacionais que auxiliam a compreender como a organização formal, de acordo com o conceito apresentado no primeiro parágrafo da introdução, se consolidou como objeto de discussão e investigação no âmbito dos estudos organizacionais até o Século XX. São destacados conceitos introduzidos por intelectuais como Weber (2009) e outros estudiosos vinculados a escolas de negócios norte-americanas do século XX, de acordo com Abbott (2009).

Segundo Starbuck (2003), até o início do século XIX, elementos que hoje associamos com as organizações formais podiam ser identificadas como parte da descrição do



mundo social. Por exemplo, nos escritos do Oriente Médio, China e Egito antigo, identificam-se registros a respeito da relação formal entre líderes e seus subordinados através de fenômenos sociais como exércitos, projetos de construção civil e empreendimentos comerciais (Starbuck, 2003). Da mesma forma, indícios sobre características atualmente vinculadas às organizações formais podem ser identificados em escritos de Platão (2002) e Aristóteles (1998), em que a noção de Estado era constituída a partir do esforço dos cidadãos e passava a assumir características determinadas pelos seus governados. Todavia, ainda que presentes na construção histórica humana, o modo formal de organizar não era algo hegemônico, principalmente quando se considera a produção de bens e serviços.

A delimitação de sistemas de autoridade burocrática, patriarcal e carismática, propostas por Weber (2009) no início do Século XX é reconhecida como um marco teórico central nos estudos organizacionais. Esse reconhecimento se deve a sua contribuição enquanto precursor das ciências sociais, tendo seu trabalho constituído uma teoria ampliada de ação social e relações sociais relevantes para a investigação de objetos tão diversos quanto comunidades (*Gemeinschafts*), sociedade (*Gesellschaft*), religiões, economia e direito. Weber (2009) distingue as noções de organizações empresariais enquanto relações associativas nos primeiros capítulos dos textos reunidos na obra Economia e Sociedade. Tais

relações distinguem-se das relações comunitárias, estabelecidas entre grupos familiares, por exemplo. Essas noções influenciaram a compreensão do que é entendido como organização formal entre os teóricos organizacionais. A gama de considerações interpretativas de Weber (2009) compreende desde a classificação da ação social a partir do nível individual para o funcionamento do Estado, o surgimento do sistema capitalista industrial, bem como a influência da religião em diferentes sociedades do Oriente e do Ocidente. É possível que, por causa dessa capacidade de contemplar uma ampla descrição do funcionamento da sociedade, que grande parte do que se reconhece atualmente enquanto realidade social, se dê por meio de proposições weberianas.

A noção de ação social, de acordo com Weber (2009), está associada à dimensão da relação social que constitui a base da sua complexa categorização de relações associativas em que classifica a organização empresarial e burocrática. A relação social consiste na probabilidade de ocorrer a ação social orientada por um sentido visado pelas partes envolvidas nesta relação. Ainda, de acordo com Weber (2009) toda relação social pode ser orientada por uma ordem vigente cuja legitimidade pode estar baseada em tradição, em afetos e emoções, em crenças racionais referentes a valores, ou em função da crença em uma ordem legal orientada pela aplicação de sanções.

É com base nessas considerações que Weber considera a existência de três tipos de relação social: (1) relações de luta – quando as orientações da ação têm como propósito impor a própria vontade sobre a de terceiros com ou sem o uso da força; (2) relação comunitária: baseada no sentimento subjetivo dos seus participantes de pertencerem ao mesmo grupo; (3) relação associativa: ação baseada em interesses racionalmente motivados com referência a valores ou fins. É nesta categoria que o autor reconhece as relações políticas, de mercado e administrativas (Weber 2009) e que se expressam nas organizações formais preponderantemente.

É importante ter em mente que estes modos de classificação propostos por Weber devem ser entendidos como tipos ideais, isto é, não são passíveis de existirem em seu estado puro. Segundo Sell (2013), pode-se afirmar que o mundo social passa por uma reinterpretação da obra weberiana, através de seus *readers*, como Karlberg (1980), Parsons (1956), Bendix (1986), Habermas (1984). Esta reinterpretação do mundo social, pode de modo simplificado ser dividido em duas partes: a primeira, estabelecida através das relações formais orientadas por uma racionalidade instrumental e a segunda pelas relações sociais de uma comunidade orientada pela tradição e afeto. Cria-se então uma cisão no processo de investigação do mundo real: um universo baseado meramente em relações formais e de mercado, motivados pela ação racionalizada e um mundo totalmente

separado no qual estão confinadas as relações comunitárias e afetivas impregnados por aspectos culturais.

Para exemplificar este modo de interpretação podemos citar o trabalho de Prestes Motta e Bresser Pereira (1980). Enquanto intérpretes brasileiros de Max Weber, discutem a preponderância da organização burocrática na sociedade contemporânea, reconhecendo os estudos da burocracia em Weber, enquanto modos de dominação. Prestes Motta e Bresser Pereira (1980) reconhecem a preponderância da organização burocrática na sociedade contemporânea e afirmam ainda que outros sistemas sociais como a pequena empresa apresentam a tendência de desaparecer.

Compartilhando a tradição weberiana, pesquisadores sociais norte-americanos no Século XX também podem ser considerados como responsáveis pela delimitação da investigação do fenômeno organizacional. De acordo com Abbott (2009), três escolas norte-americanas tiveram papel fundamental nessa delimitação: a) da Escola de Relações Humanas de Harvard, b) a tradição weberiana influenciada por Talcott Parsons, através de Robert Merton e Amitai Etzioni em Columbia, e c) a abordagem econômica da organização formal liderada por Herbert H. Simon em Carnegie Mellon University. Parsons era professor na Universidade de Harvard quando se publicou em 1956, o texto de sua autoria na

abertura do periódico *Administrative Science Quarterly*, a propósito de um novo campo de investigação de uma sociologia das organizações. Etzioni, por sua vez foi professor na Universidade de Columbia, enquanto Blau obteve seu título de PhD na mesma universidade.

Estes pesquisadores e as vertentes investigatórias a eles associadas, sofreram influência dos escritos de Weber, segundo Abbott (2009), principalmente dos trabalhos decorrentes da tradução da obra *Economia e Sociedade* realizada por Talcott Parsons para a língua inglesa. É importante ter em mente esta influência, dada a singularidade da interpretação da obra Weberiana nos Estados Unidos. Ao menos no contexto norte-americano, afirma-se que a interpretação da obra weberiana teve forte influência de Parsons, o qual se utilizou dos conceitos da ação social em Weber para propor uma teoria voluntarista da ação (Sell, 2013). A interpretação weberiana por Parsons, segundo Sell (2013) possuía contrapontos, como a perspectiva orientada pela biografia de Bendix (1986) sobre o pensador alemão, em que fica evidente a interpretação concorrente à perspectiva evolucionista de Parsons. Na reflexão de Sell (2013), Bendix reconhece em Weber a orientação historicista de sua obra, onde não há espaço para generalizações sociológicas de caráter amplo e universal, mas uma tentativa de combinar elementos teóricos e empíricos para uma compreensão em última análise, histórico cultural. Portanto, se a construção dos estudos organizacionais sofreu a

influência da obra weberiana, a partir de Parsons, isso aponta para um comprometimento ainda maior deste campo com as abordagens funcionalistas da sociologia das organizações. A síntese da oposição entre as interpretações da obra de Weber por Parsons e Bendix é representada pelo termo empregado para tradução do termo "Herrschaft". Enquanto Parsons traduz o termo alemão *Herrschaft* para a palavra *authority* em inglês, Bendix traduz para a língua inglesa o mesmo termo sob o signo de *domination*.

De acordo com Parsons (1956), a organização formal distingue-se de outras organizações sociais pela associação de suas ações com a busca de um objetivo racionalizado (Parsons 1956). Esta condição constitui a base para o desenvolvimento de uma argumentação mais complexa que mantém ligação entre um sistema de valor da organização e do sistema mais amplo da sociedade em que a organização está situada. Parsons (1956) afirma que o desenvolvimento das organizações formais é o mecanismo mais importante pelo qual uma sociedade com elevados padrões pode obter seus objetivos além dos interesses individuais. Daí decorre, neste artigo seminal, publicado na primeira edição da revista *Administrative Science Quarterly*, a delimitação de quais organizações mereceriam ou não a atenção do campo de estudos vinculado à uma pretensa sociologia das organizações.

Outro pesquisador que concorreu para a consolidação da organização do tipo formal burocrática no campo da sociologia das organizações foi Etzioni. Etzioni (1961), trouxe, na introdução de sua obra, o conceito de organização como unidade social, argumentando que a organização de interesse em uma sociologia organizacional compreende as organizações complexas, caracterizadas pelo modelo burocrático weberiano. O objetivo de seu trabalho (Etzioni, 1961) foi analisar a ordem social (com ênfase no controle) em unidades organizacionais formais, uma vez que a sociedade contemporânea seria permeada por essas organizações. Buscando estabelecer a base da Sociologia Industrial, Etzioni (1971) também entendeu que este campo tem um leque mais abrangente de possibilidades organizacionais, considerando-se muitas formas de organizações burocráticas e sua relação com a sociedade mais ampla. Em síntese é possível destacar, que os estudos organizacionais desenvolveram ao longo do tempo um discurso homogêneo no seu principal fenômeno de interesse, a organização racional e formal. Os limites do campo organizacional foram restritos nas organizações típicas associadas aos modelos burocráticos ou unidades de produção de bens e serviços, localizados tanto na arena privada como pública. Outras organizações onde predominam as relações sociais, com base na tradição, afeto e relações comunitárias não foram consideradas como opções de estudo a medida que este campo passou a adotar uma premissa de caráter evolucionista,

em que sociedade se tornaria gradativamente determinada por organizações formais.

Com propósito similar, Blau e Scott (1979) apresentaram uma definição de organização formal a fim de justificar a distinção entre organizações sociais, objeto da sociologia clássica e as organizações formais. Segundo estes autores, as organizações sociais surgem quando os seres humanos vivem juntos, enquanto que as organizações formais constituem um grupo distinto de organizações sociais, uma vez que são formalmente criadas com um objetivo racionalmente orientado para atingir determinados fins (Blau & Scott, 1979).

As organizações formais, como recomendado por autores como Parsons (1956), Etzioni (1961) e Blau e Scott (1979), passaram a ter relação direta com dois pressupostos da ideologia predominante na sociedade contemporânea. Em primeiro lugar, que a sociedade tem de seguir um caráter normativo e evolutivo; a fim de alcançar o desenvolvimento. Em segundo lugar, que as organizações formais orientadas por propósitos racionais constituem ferramenta indispensável para a evolução social. Esses entendimentos legitimam uma forma hegemônica de dominação sintetizado pelas organizações orientadas pelo modelo típico ideal da autoridade burocrática descrita por Weber (2009) e que passou a

permeiar o contexto amplo dos estudos das organizações, principalmente nos Estados Unidos, e por conseguinte, no resto do mundo.

OUTRAS FORMAS DE ORGANIZAR NO CONTEXTO DA DOMINAÇÃO BUROCRÁTICA

De acordo com Delagnello e Machado-da-Silva (2000), o questionamento a respeito de novas formas organizacionais, ou formas organizacionais não burocráticas, emergiu no campo dos estudos organizacionais a partir da década de 1960. Burrell e Morgan (1998) consideraram estudos com interesse sobre formas organizacionais não burocráticas como aqueles vinculados às Teorias Anti-Organização. Entre estes trabalhos, os autores apontam para as ideias desenvolvidas por Illich em 1973, Castaneda em 1973 e Dickson em 1974. Tais estudos não compreenderiam uma teoria específica, mas uma série de ideias desenvolvidas por intelectuais que criticam a teoria organizacional e sua base positivista e funcionalista (Burrell & Morgan, 298). De acordo com os autores vinculados às Teorias Anti-Organização, na perspectiva funcionalista sempre haverá uma separação entre a consciência humana e o contexto social, onde a organização formal orienta a ação humana a uma visão alienante do ponto de vista dos indivíduos (Illich, 2005).

Segundo Delagnello e Machado-da-Silva (2000), novas formas organizacionais têm sido discutidas de duas formas a partir da segunda metade do Século XX: (i) como representação de uma lógica diferente da instrumental, típica da organização burocrática, e (ii) como aperfeiçoamento da perspectiva contingencial das organizações modernas (tipicamente associadas às organizações formais de caráter burocrático). Sobre esta última, os autores concluem que a existência de evidências concretas associadas a novos desenhos e estruturas organizacionais, tais como redes organizacionais, achatamento de níveis hierárquicos, a constituição de equipes de trabalho, representam novidades em relação ao padrão estrutural e processual das organizações modernas. No entanto, não constituem uma ruptura com o modelo burocrático de organização, pois mantêm a predominância da racionalidade instrumental como lógica para orientação de suas ações.

Ainda que de um ponto de vista cético, Delagnello e Machado-da-Silva (2000) afirmam que os estudos que consideram a racionalidade instrumental enquanto lógica predominante nas organizações contemporâneas passa a constituir novo elemento de discussão crítica por sociólogos e estudiosos do campo da administração, tendo novamente como um de seus pontos de partida a teoria da ação social em Weber (2009). O que está em jogo, portanto é a maior aproximação e ou distanciamento dos modelos de organização orientadas por uma

racionalidade instrumental e que adotam características do modelo típico-ideal da burocracia. De acordo com a teoria da ação social em Weber (2009), a ação orientada pela racionalidade instrumental compreende a ação mediada pela razão de cálculo utilitário, em que as expectativas são mediadas para alcançar determinados fins. A ação orientada pela racionalidade substantiva compreende a ação social determinada pela crença consciente em um valor ético, estético ou religioso. A ação pode ainda ser orientada por aspectos afetivos ou por tradições decorrentes de práticas habituais decorrentes de um conhecimento ou atitude arraigada (Weber, 2009).

A busca por evidências empíricas nas organizações alternativas, em que houvesse um distanciamento da lógica formal instrumental e em contrapartida orientada por uma racionalidade substantiva, foi alvo dos estudos de Rothchild-Witt em 1979. Esta autora abordou em sua investigação as organizações coletivistas na forma de entidades voluntárias, sem fins lucrativos, orientadas pelo compartilhamento de valores e comprometimento moral com determinados objetivos que norteavam as suas ações. Diferente das organizações burocráticas tradicionais, em que elementos remuneratórios constituem as principais fontes do processo de motivação, Rothchild-Witt (1979) vislumbrou no contexto norte-americano da década de 70 a proliferação de organizações consideradas alternativas dadas suas características, tais como serem compostas

voluntariamente por indivíduos que decidem constituir organizações voltadas para serviços de saúde, alimentação, educação, sem recorrerem à autoridade burocrática como modelo de coordenação e controle. Rothchild-Witt (1979) constatou que a origem dos indivíduos atuantes nessas organizações apontava para padrões socioeconômicos similares (renda das famílias e nível educacional) e um processo de seleção bastante rigoroso, visando identificar indivíduos que compartilhassem valores comuns. A autora concluiu que as organizações desse tipo são raras e casos extremos, por isso mesmo teoricamente relevantes. Ao mostrar comparativamente os parâmetros das organizações coletivas com as burocráticas, foram apresentados os limites desta realidade organizacional. Segundo a autora, é na conceituação das formas alternativas de organização que a teoria organizacional tem fraquejado e que as experimentações coletivas podem ampliar o seu entendimento.

Entre os autores brasileiros que discutiram teoricamente a questão da racionalidade no âmbito das organizações, situa-se o pensamento de Guerreiro Ramos (1981). Ao longo da década de sessenta do século passado, construiu opinião crítica sobre a influência do pensamento eurocêntrico nas ciências sociais brasileiras. Guerreiro Ramos era um entusiasta da emancipação do pensamento social brasileiro e fundou uma organização de emancipação cultural: o Teatro Experimental do Negro. Depois de consolidar sua vida acadêmica nos Estados

Unidos, propôs uma discussão sobre a racionalidade substantiva nas organizações. Criticou a dominação econômica do sistema de mercado sobre a vida social e discutiu argumentos teóricos de Max Weber bem como argumentos de ciência política de Eric Voegelin (1982). Guerreiro Ramos (1981) considerou a existência de um paradigma em que o contexto social das organizações é compreendido principalmente por uma dimensão econômica. Numa perspectiva multicêntrica, o autor considerou o papel do desenvolvimento de uma racionalidade substantiva que guiasse a ação humana a partir da constituição de organizações comunitárias com base em práticas conviviais. A teoria da ação social weberiana aliada à discussão da teoria crítica Habermasiana (1984) e à ciência política de Eric Voegelin (1982) constituem referências fundamentais para as proposições de Guerreiro Ramos (1981) a respeito de organizações orientadas por uma racionalidade substantiva, de caráter emancipatório, e que trouxeram ao contexto brasileiro uma série emergente de novas discussões no campo das organizações, especificamente na academia vinculada às ciências da administração (Caitano & Serva, 2012; Vizeu, 2010). Guerreiro Ramos (1981) também se refere ao surgimento de organizações alternativas nos Estados Unidos na década de 1970, ao delinear os princípios para uma nova teoria das organizações em que sistemas sociais como as isonomias e as fenomenias se apresentam como alternativas às relações dominadas pela economia. Nesses sistemas sociais, inclusive, a noção de tempo se constitui de forma diferenciada em relação às

organizações inseridas no sistema de mercado. Enquanto organizações voluntariamente constituídas, a teoria da delimitação dos sistemas sociais e os sistemas para-econômicos propostos por Guerreiro Ramos (1981) visam conter a influência do sistema de mercado sobre o espaço vital humano. O próprio autor reconheceu a necessidade de que, à época, novos estudos teórico-empíricos dessem aprofundamento àquilo que propunha no campo teórico. Serva e seus colaboradores (Caitano & Serva, 2012) têm buscado analisar empiricamente organizações sem fins lucrativos e organizações voluntárias com o intuito de identificar dimensões organizacionais mediadas por uma racionalidade substantiva e buscando um caráter emancipatório nas relações humanas, libertando-as do caráter autoritário estabelecido nos modelos burocráticos. Como as investigações propostas por Guerreiro Ramos (1981) em determinado ponto de sua vasta carreira acadêmica, as investigações teórico-empíricas de Serva (1996) tiveram como escopo a discussão de organizações alternativas ao modelo burocrático, inseridas no sistema de mercado. Portanto, ainda que as discussões a respeito de organizações substantivas realizadas nos últimos anos se posicionem geralmente como contraponto ao modelo burocrático, este ainda permanece como paradigma de referência a ser suplantado, adotando-se dimensões organizacionais deste mesmo modelo como paradigma para investigação de modos alternativos de organização social.

Deste modo, ainda que a distinção entre organizações orientadas pela racionalidade instrumental e substantiva seja relevante para delinear, de um lado, organizações empresariais, e de outro, organizações voluntárias; quando deparamo-nos com organizações sociais de base não estritamente racionalizada, tais como aquelas estabelecidas nas relações familiares, comunitárias e tribais, parece-nos fundamental reconhecer a limitação do arcabouço teórico dominante e apontar para a necessidade de resgatar e ampliar as bases investigatórias deste campo de investigação. Tal afirmação justifica-se tendo em vista que essas organizações, além de evidenciarem a possibilidade de organizar a vida social em bases não estritamente racionais, constituem também formas relevantes de produção. Ainda que permeadas pelas dimensões da autoridade e da divisão do trabalho, tais organizações sociais não são necessariamente pautadas por processos orientados pela racionalidade instrumental ou substantiva somente. Antes disso, caracterizam práticas produtivas orientadas por costumes, tradições, relações afetivas e de parentesco.

PARA ALÉM DA ORGANIZAÇÃO FORMAL: A CONTRIBUIÇÃO DE OUTROS CAMPOS DE INVESTIGAÇÃO DAS CIÊNCIAS SOCIAIS

Embora os estudos organizacionais tal como desenvolvidos por acadêmicos com base eurocêntrica e que influenciaram o pensamento difundido pelas escolas de

negócios norte-americanas escolhessem a organização formal como limites do campo, é possível reconhecer outras tradições acadêmicas nas ciências sociais que apresentaram diferentes propostas para a compreensão das organizações de uma forma mais ampla que a dominante nos estudos organizacionais. Abbott (2009) observa que a delimitação contemporânea do espectro de organizações formais já havia sido mais abrangente, antes da propagação dos estudos organizacionais orientados pelas escolas de negócios norte-americanas. O autor cita como exemplo os estudos realizados pela antiga escola de sociologia da Universidade de Chicago, na primeira metade do Século XX.

Abbott (2009) investigou os estudos conduzidos na Faculdade de Ciências Sociais da Universidade de Chicago, em particular as teses e dissertações das ciências econômicas e sociais produzidas nesta universidade, antes do período de consolidação dos estudos organizacionais nas universidades de Harvard, Columbia e Carnegie Mellon University. Nestes estudos, desenvolvidos no período entre as duas guerras mundiais do século XX, a organização formal ainda não era um objeto exclusivo e autônomo de estudo, mas fazia parte da ordem social ampliada que compreendia tanto as organizações sociais como a família, grupos e comunidades étnicas quanto as organizações formais e industriais que emergiam na sociedade da época. De acordo com Abbott (2009), esses estudos revelam uma perspectiva processual sobre o mundo social, focado no reordenamento urbano,

das comunidades rurais e da relação entre as instituições tradicionais, como a religião e o casamento com as organizações emergentes na nova sociedade industrial. Abbott (2009) afirma ainda, que a principal contribuição da Escola de Chicago era um pensamento alternativo em relação à doutrina dura das Escolas de Negócio, que germinava naquele momento. O autor sugere que "não há razões para ver o mundo social como um mundo de organizações" (Abbott, 2009, p.418). Ele expressa ainda que a perspectiva dominante do campo organizacional nos Estados Unidos situa-se dentro de uma visão histórica contingente, devido ao fato de que o mundo dominado por organizações formais se constituiu em período relativamente recente na história. A possibilidade de reconhecer um mundo em constante mudança não pode atribuir à organização formal uma dimensão estática e dominante nas relações sociais.

Esta construção teórica dominante da organização formal e seu resultado, conduziram os estudos organizacionais contemporâneos à negligência de pesquisas sobre outras formas de organizações. Os fenômenos da produção familiar, relações comunitárias e práticas de cooperação, as formas tradicionais de organizações não-racionalizadas e arranjos sociais, tornaram-se o foco da sociologia e da antropologia social, mantendo uma posição marginal nos estudos organizacionais.

A organização social e organização das práticas da vida social constituem o foco da antropologia social, desde seus primórdios, quando a ênfase se concentrava em estudos de comunidades. Embora o campo da antropologia social tenha na sua base intelectual um conhecimento eurocêntrico, pode-se reconhecer que os estudos de comunidades tradicionais e rurais demonstram que outros tipos de ações sociais, para além da racionalidade utilitária de organizações formais. Willems (1966), por exemplo, ao estudar comunidades rurais no sul e sudeste brasileiro já na década de 30 do século XX, considerava que as práticas de "Mutirão", constituíam formas tradicionais de cooperação dentro de comunidades étnicas. A cosmovisão particular de tribos indígenas no Brasil, como Guaranis, Suyá e Urubus, têm sido descritas em inúmeras etnografias e estudos etnológicos (Schaden, 1962; Lanna, 1972; Ribeiro, 1976) e distinguem as diferentes formas de relações sociais e que se refletem nos modos de organização da vida cotidiana e das atividades produtivas destas coletividades.

O conhecimento prático e baseado em tradições associado ao modo de organização da vida das comunidades que ainda vivem em relativa integração com o ambiente natural têm sido o foco de pesquisas em comunidades litorâneas do Brasil. O "Caiçara" – integrante de comunidades de pescadores no sul e sudeste do Brasil foi estudado por Willems e Mussolini (2003). Diegues (2004), em investigações mais recentes, discute sobre a tradição herdada pela antropologia

social, com a discussão de conceitos contemporâneos de sustentabilidade tomadas de uma forma original por essas comunidades e seus conflitos com as políticas públicas.

Outros estudos ainda mais recentes, como Ribeiro, Galizoni e Silvestre (2007) e Galizoni (2013) discutem a gestão da vida prática em comunidades tradicionais rurais do Vale do Jequitinhonha na atualidade. No artigo de Ribeiro, Galizoni e Silvestre (2007), são discutidas as políticas de desenvolvimento implantadas pelo Estado no Vale do Jequitinhonha. Os autores concluem, a partir de uma análise histórica, que a noção adotada pelo Estado a respeito daquela região apontou ao longo dos anos altas taxas de pobreza, estimulando a promoção de políticas públicas intervencionistas. No entanto, demonstram que tais programas não surtiram o efeito desejado voltado ao desenvolvimento, pois não levaram em consideração uma série de práticas das próprias comunidades do Vale, as quais desde tempos mais remotos sempre estiveram associadas à sua autonomia e sobrevivência. Tais práticas abrangem técnicas de plantio, como por exemplo de culturas tradicionais resistentes à seca como variedades específicas de feijão; práticas extrativistas e de coleta de frutas, essências e madeiras em áreas comunais; a comercialização em pequena escala em feiras livres e mercados locais e uma indústria doméstica baseada na cana-de-açúcar, milho e mandioca. Tais práticas associadas a redes comunitárias de transações entre as famílias

envolvidas teriam sido capazes de superar períodos de escassez de recursos e seca apesar da ausência do Estado. Já Galizoni (2013) discute a capacidade de organização de comunidades rurais do Vale do Jequitinhonha para gerir os recursos hídricos de forma privada e coletiva.

O que estes estudos sugerem é que há muito mais fenômenos a serem analisados por aqueles que estão envolvidos com os estudos organizacionais do que unicamente a organização formal. O não reconhecimento de outras dimensões das relações sociais, além dos aspectos ligados à eficiência e produtividade, em uma organização da agricultura familiar, por exemplo, elimina a possibilidade de considerar outros fatores para a compreensão da organização e da ação social, tais como as relações familiares e aspectos relacionados às práticas ligadas às tradições herdadas dos antepassados.

De acordo com Vizeu, Seifert e Hocayen-da-Silva (2015), as organizações sociais baseadas em costumes tradicionais e culturalmente situadas não têm feito parte do repertório de fenômenos investigados pelos estudos organizacionais e de gestão, realizados no âmbito das ciências da administração. Os autores defendem que a identificação de práticas de gestão de recursos e modos de produção, baseadas em princípios culturalmente herdados de organizações sociais tradicionais, pode contribuir para discussão de alternativas concretas ao modelo

das organizações formais. O estudo a respeito dos faxinais (Hocayen-da-Silva, 2015) se constitui um exemplo sobre modos de organizar a vida social e atividades produtivas que seguem outras lógicas de ação não se alinhando necessariamente com a racionalidade instrumental das organizações formais. Modos de produção coletivista, que perduram entre comunidades tradicionais no interior do Paraná, estes sistemas baseados em costumes e tradições orais estão vinculados a comunidades remanescentes de povos indígenas e miscigenados daquele Estado.

AS ORGANIZAÇÕES FAMILIARES ORIENTADAS PARA A PRODUÇÃO AGRÍCOLA – UM CAMPO NEGLIGENCIADO NOS ESTUDOS ORGANIZACIONAIS

As organizações familiares vinculadas à atividade agrícola nas pequenas propriedades rurais brasileiras também apontam uma realidade negligenciada no campo dos estudos organizacionais. Nesse aspecto, recobramos novamente a delimitação conceitual decorrente da leitura de Weber (2009), pois este reconheceu que, com o avanço do processo de industrialização e à preponderância da moderna empresa, a organização familiar, principalmente aquela vinculada ao trabalho agrícola, passaria a ter seus indivíduos cada vez mais orientados pelo trabalho assalariado, eliminando a indústria doméstica e fazendo com que a organização familiar deixasse gradualmente de constituir uma unidade de produção e consumo para se manter apenas como uma unidade

econômica orientada pelo consumo. Historicamente, a “clivagem” da organização familiar enquanto alvo dos estudos organizacionais pode estar associada à noção de que, em um mundo cada vez mais orientado pelo trabalho assalariado, a organização familiar deixa de existir enquanto uma unidade de produção doméstica para sua subsistência, para constituir, do ponto de vista econômico e social, apenas uma unidade de consumo, em que seus integrantes vinculam sua sobrevivência a fontes externas de renda exclusivamente (Weber, 2009; Parsons, 1956).

Contrário a esta perspectiva, Chayanov (2014), economista e agrônomo russo que investigou a realidade daquele país no início do Século XX, afirmou que o agricultor camponês constituía um agente econômico, mas também o cabeça de uma família, apresentando um tradicional dilema: contrabalançar as exigências do mundo exterior em relação às necessidades de seus familiares. Desse dilema, resulta que a terra não é apenas um fator de produção; está, também, carregada de valores simbólicos. Dessa forma, quando se privilegiam aspectos de uma racionalidade exclusivamente instrumental, e quando a atividade de produção agrícola renega a organização familiar em detrimento da organização empresarial, torna-se improvável reconhecer as dimensões de um ordenamento socioeconômico próprio, decorrente das relações de parentesco e com a comunidade, que são constituídas de valores e construções simbólicas nos

processos de herança e sucessão familiar. Sujeitos à capacidade de promover a reprodução de um modo de vida, também sujeitos a conflitos e disputas internas no seio das famílias e das comunidades rurais.

No contexto da produção agrícola contemporânea, a família, como organização produtiva, no entanto, pode ter até tido historicamente reduzida sua proporção demográfica, mas não se extinguiu por completo, de acordo com dados apontados por Lamarche (1998), Mazoyer e Roudart (2010), Schneider (2006). No Brasil, para se ter uma ideia, de acordo com o Censo Agropecuário de 2006 (IBGE, 2006), mais da metade da produção de alimentos hortifrúti teve origem neste período, nas atividades produtivas das pequenas propriedades rurais dirigidas por famílias em diversas regiões do país. A produção agrícola nas pequenas propriedades rurais realizadas sob a orientação da organização familiar não formal desempenha, portanto, atividade significativa nas relações econômicas e encontra-se inserida no espaço delimitado por aquilo que chamamos de território rural (IBGE, 2006).

Baseado em Schneider (2003) e Mattei (2007), organização familiar de produção agrícola compreende aqui a organização composta por indivíduos de um grupo familiar que realizam alguma atividade informal compartilhada, ligada à produção agrícola. De acordo com Lamarche (1998), a organização familiar

vinculada à produção agrícola, de forma distinta da organização formal, orienta-se por uma lógica familiar caracterizada pelas relações sociais entre seus integrantes, pela divisão interna do trabalho e pela relação da família com a propriedade.

A investigação da organização familiar de produção agrícola possibilita a pesquisa de uma organização que, segundo Mann (1990), é a única em que coexistem tanto como unidades capitalistas, quanto não capitalistas de produção. Sob esta ótica, para que se possa compreender os elementos que caracterizam os modos de organizar a produção agrícola da organização familiar, faz-se necessário compreender qual a orientação da ação que determina as relações sociais e de produção. Se orientadas por uma racionalidade meramente instrumental, as organizações familiares vinculadas à produção agrícola poderiam ser confundidas com as organizações empresariais. No entanto, as organizações familiares estão invariavelmente caracterizadas pelas relações de parentesco estabelecidas entre seus integrantes e nas comunidades em que se encontram inseridas (Lamarche, 1998; Schneider, 2006; Mattei, 2007; Chayanov, 2014; Woortmann, 1995).

Se do ponto de vista teórico a organização familiar que não se vincula exclusivamente à empresa familiar formalizada, mas que representa a

associação com a produção de bens foi descartada do campo dos estudos organizacionais, do ponto de vista econômico sua relevância é atestada tanto no âmbito global (Lamarche, 1998) quanto nacional, em que as evidências dos dados estatísticos reforçam sua participação na produção principalmente de alimentos (Censo Agrupecuário, 2006). Portanto, é preciso que ao menos no âmbito das ciências da administração, a organização familiar vinculada à atividade agrícola nas pequenas propriedades rurais, seja reconhecida como alvo de investigação, levando em consideração suas idiossincrasias expressas nas suas racionalidades e orientações da ação, sem que se incorra no viés de enxergá-la necessariamente como uma empresa, mas como organização social determinada pelo patriarcado e pelas relações afetivas e de propriedade características de sua existência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É relevante destacar que a possibilidade de identificar as organizações na perspectiva alternativa àquele pensamento de origem eurocêntrica e fortemente influenciado pelas escolas de negócios norte-americanas, constitui um esforço que deve ser perseguido dentro do campo do estudo das organizações.

O debate teórico situado, em oposição aos conceitos universais das ciências sociais distingue um outro olhar para a condição humana (Dussel, 2007). De acordo com



este filósofo, o conhecimento eurocêntrico não reconhece as cosmovisões e racionalidades que orientam a reprodução da vida de pessoas em regiões periféricas. Se essas dimensões periféricas forem reconhecidas poderá ser possível trazê-las da invisibilidade para a visibilidade e para o foco de análise.

O desenvolvimento de uma agenda de pesquisa no âmbito dos estudos organizacionais, que distinga as organizações formais de outras organizações sociais nos leva a fazer perguntas provocadoras: como ocorre a organização fora das empresas formais? Como devem ser conduzidas as pesquisas para trazer estas organizações ainda não reconhecidas para o centro do debate? Quais os limites de uma organização produtiva não formal? Qual a importância da perenidade das organizações ao longo do tempo, por vezes mensurado em horas ou através dos séculos? Habermas (1984) afirma que, embora ocorra o processo de racionalização em um nível global, isso não significa que as comunidades locais com base no território e nas suas tradições culturais desapareceram. Esta afirmação embora feita no século passado, ainda se constitui uma verdade sobre a qual os pesquisadores contemporâneos devem se voltar e pensar sua agenda para os dias futuros.

Do ponto de vista da discussão que se faz em relação às organizações formais, e à hegemonia exercida por esse modelo de organização entre os estudos das

organizações, alinham-se com as proposições de Guerreiro Ramos (1981) sobre o questionamento das bases que fundamentam o estudo das organizações orientadas pela racionalidade instrumental. Na discussão proposta por Guerreiro Ramos (1981) e Polanyi (1980) sobre relações substantivas que orientam a ação humana, e os resultados do estudo de Hocayen-da-Silva (2015) sobre os modos de organizar em comunidades tradicionais, os diferentes modos de produção agrícola de organizações familiares podem representar evidências de formas alternativas à organização formal/burocrática. No entanto, a identificação, principalmente no âmbito mais amplo das ciências sociais, do processo de investigação das organizações familiares e comunitárias, representa para os estudos organizacionais um alerta: de que não se deve enxergar apenas a possibilidade da teorização idealista a respeito de organizações voluntaristas orientadas por outras racionalidades de ação e sim, enxergar na realidade que nos cerca evidências concretas de organizações que se pautam desde tempos remotos sob outras dimensões da orientação da ação, baseadas em tradições e nas relações afetivas.

Não obstante a proposta deste trabalho em evidenciar organizações renegadas pelos estudos organizacionais, faz-se necessário destacar que a agenda de pesquisa que contempla os conflitos decorrentes das interações entre as organizações formais e comunidades tradicionais e até mesmo entre

organizações formais e grupos de agricultores familiares, representa uma realidade muito mais constante no âmbito de outras áreas do conhecimento como os estudos jurídicos e da antropologia social, do que dos estudos organizacionais realizados no âmbito das ciências da administração. Diversos trabalhos (Koifmann, 2001, Catro-Diaz, 2017) dão conta das relações conflituosas, por exemplo, entre a consolidação de projetos desenvolvimentistas, em detrimento de prejuízos a grupos e organizações sociais relegadas ao esquecimento em face da pouca representatividade e voz junto ao meio acadêmico, à mídia e à opinião pública. Relações de conflito, portanto, entre organizações formais e demais organizações presentes na sociedade, mas que não tem representatividade, deveria estar presente nas agendas de investigação dos estudos organizacionais.

É preciso reconhecer, portanto, que a predominância da organização formal enquanto alvo principal dos estudos organizacionais constitui uma construção histórica. E esta construção também se faz através dos elementos de investigação e pesquisa evidenciados por trabalhos acadêmicos, como descrito neste trabalho e que concorrem com outras construções sociais para consolidação deste paradigma. Tal fato reforça a negação de outros espaços e organizações que merecem o mesmo reconhecimento tal como as organizações sociais que emergem de grupos comunitários e familiares que se materializam ao menos no

Brasil, no âmbito das comunidades tradicionais e entre pequenas propriedades rurais administradas por grupos familiares.

Cabe, portanto, uma reflexão sobre o objeto da investigação acadêmica a respeito da realidade que cerca os pesquisadores da área de estudos organizacionais. Uma reflexão que se estende para além dos embates teóricos mais complexos travados em ambientes formais da academia, e muito mais próximos da realidade concreta que cerca o cotidiano destes mesmos indivíduos onde estas organizações sociais esquecidas permanecem resilientes e invisíveis aos olhos do pesquisador em EOR.

REFERÊNCIAS

Abbott, A. (2009). Organizations and the Chicago School. In: P. Adler. *The Oxford Handbook of sociology and organization studies – classical foundations* (pp. 399-420). Oxford: Oxford University Press.

Aristóteles. (1998). *A política*. São Paulo: Martins Fontes.

Bendix, R. (1986). *Max Weber, um perfil intelectual*. Brasília: UnB.

Blau, P. & Scott, W. R. (1979). *Organizações Formais*. São Paulo: Atlas.

Booth, C. & Rowlinson, M. (2006). Management and organizational history: prospects. *Management & Organizational History*, 1(1), 5-30.

Caitano, D. O. & Serva, M. R. (2012). Racionalidade substantiva nas organizações: consolidação de um modelo metodológico de pesquisa teórico-empírica. *Anais do Encontro Nacional da Associação Nacional dos Programas de Pósgraduação em Administração*, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, XXXVI.

Carneiro, P. A. S. (2009). A unidade de produção familiar e os enfoques teóricos clássicos. *Revista de Geografia Agrária*, 4(8), 52-66.

Castro-Diaz, L. Downstream fishers and the impacts generated by the belo monte hydroelectric dam. Master's dissertation, College of Agriculture & Natural Resources, Michigan State University, East Lansing.

Chayanov, A. V. (2014). Teoria de sistemas econômicos In: H. M. Carvalho (Org.) *Chayanov e o campesinato* (pp. 99-137). São Paulo: Expressão popular.

Child, J. (2012). *Organização princípios e prática contemporâneos*. São Paulo: Saraiva.



Diegues, A. C. (2004). A mudança como modelo cultural: o caso da cultura caiçara e a urbanização (pp. 21-48). In: A. C. Diegues (Org). *A enciclopédia caiçara – volume 1*. São Paulo: Hucitec.

Delagnello, E. L. & Machado-da-Silva, C. (2000). Novas formas organizacionais: onde se encontram evidências empíricas de ruptura com o modelo burocrático de Organizações? *Organizações & Sociedade*, 7(19), 19-33.

Dussel, E. (2002). *Ética da libertação na idade da globalização e da exclusão* (2a ed.). Petrópolis: Vozes.

Etzioni, A. (1971). Sociologia industrial: o estudo das organizações econômicas. In: A. Etzioni. *Organizações complexas – um estudo das organizações em face dos problemas sociais*. São Paulo: Atlas.

Etzioni, A. (1961). *A comparative analysis of complex organizations*. On power, involvement, and their correlates. New York: The Free Press of Glencoe.

Galizoni, F. M. (Org.). (2013). *Lavradores, águas e lavouras – estudos sobre a gestão camponesa de recursos hídricos no Alto Jequitinhonha*. Belo Horizonte: UFMG.

Guerreiro Ramos, A. (1981). *The new science of organizations*. Toronto: University of Toronto.

Grisa, C., Gazolla, M., & Schneider, S. (2010). A "produção invisível" na agricultura familiar: autoconsumo, segurança alimentar e políticas públicas de desenvolvimento rural. *Agroalimentaria*, 16(31), 65-79.

Habermas, J. (1984). *The theory of communicative action – volume 1* - Boston: Beacon Press, 1984.

Hocayen-da-Silva, A. (2015). *Formas não convencionais de organização: reflexões a partir das comunidades tradicionais Faxinais*. Tese de doutorado, Universidade Positivo. Curitiba.

Illich, I. (2005). *La convivencialidad*. México: Joaquín Mortiz/Planeta.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Agropecuário 2006*. Recuperado em 29 fevereiro, 2016, de: http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/50/agro_2006_agricultura_familiar.pdf.

Kalberg, S. (1980). Max Weber's types of rationality: cornerstones for the analysis of rationalization in history. *American Journal of Sociology*, 85(5), 1145-1179.

Koifman, S. (2001). Geração e transmissão da energia elétrica: impacto sobre os povos indígenas no Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, 17(2), 413-423.

Lamarche, H. (Coord). (1998). *A agricultura familiar – volume 2 (2a ed.)* Campinas: Unicamp

Lanna, A. D. (1972). Aspectos econômicos da organização social dos Suyá. In: E. Schaden (Org.) *Homem, cultura e sociedade no Brasil – seleções da Revista de Antropologia* (pp. 133-181). Petrópolis: Vozes.

Mann, S. A. (1990). *Agrarian capitalism – in theory and practice*. Chapel Hill: North Carolina Press.

Mattei, L. M. (2007). A relevância da família como unidade de análise nos estudos sobre pluriatividade. *Revista de Estudos Rurais*, 45(4), 1055-1073.

Mazoyer, M. & Roudart, L. (2010). *Histórias das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea*. São Paulo: UNESP.



Parker, M., Cheney, G., Fournier, V., & Land, C. (2014). The question of organization: a manifesto for alternatives. *Ephemera – Theory and Politics in Organization*, 14(4), 623-638.

Parsons, T. (1956). Suggestions for a sociological approach to the theory of organizations. *Administrative Science Quarterly*, 1(1), 63-85.

Platão. (2002). *A Republica: texto integral*. São Paulo: Martin Claret.

Polanyi, K. (1980). *A grande transformação: as origens de nossa época*. Rio de Janeiro: Campus.

Prestes Motta, F. C. & Bresser Pereira, L. C. (1980). *Introdução à organização burocrática*. São Paulo: Brasiliense.

Rotschild-Whitt, J. (1979). The collectivist organization: an alternative to rational-bureaucratic models. *American Sociological Review*, 44(4), 509-527.

Ribeiro, D. (1976). Os índios Urubus. Ciclo anual de subsistência de uma tribo da floresta tropical. In: E. Schaden (Org.). *Leituras de etnologia brasileira* (pp. 127-155). São Paulo: Companhia Editora Nacional.



Schaden, E. (1962). *Aspectos fundamentais da cultura Guaraní*. São Paulo: Difusão Européia do Livro.

Schneider, S. (2003). Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 18(51), 99-120.

Schneider, S. (Org). (2006). *A diversidade da agricultura familiar*. Porto Alegre: UFRGS.

Sell, C. E. (2013). *Max Weber e a racionalização da vida*. Petrópolis: Vozes.

Serva, M. R. (1996). *Racionalidade e organizações: o fenômeno das organizações substantivas*. Tese de doutorado, Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo.

Starbuck, W. H. (2003). The origins of organization theory. In: H. Tsoukas & C. Knudsen. (Eds.). *Handbook of organization theory* (pp. 143-182). Padstow: Oxford University Press.

Vizeu, F. (2010). (Re)contando a velha história: reflexões sobre a gênese do management. *Revista de Administração Contemporânea*, 14(5), 780-797.



Vizeu, F. & Matitz, Q. R. S. (2012). Construção e uso de conceitos em estudos organizacionais: por uma perspectiva social e histórica. *Revista de Administração Pública*, 46(2), 577-598.

Vizeu, F., Seifert, R. E., & Hocayen-da-Silva, A. J. (2015). Non-capitalist organizations in Latin America: lessons from the Brazilian Faxinal grass root community. *Cadernos EBAPE.BR*, 13(2), 369-389.

Voegelin, E. (1982). *A nova ciência da política* (2a ed.). Brasília: UnB.

Weber, M. (2009). *Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva* (4a ed.). Brasília: UnB.

Willems, E. (1966). *Antropologia social*. (2a ed.). São Paulo: Difusão Europeia do Livro.

Willems, E. & Mussolini, G. (2003). *A Ilha de Búzios – uma comunidade caiçara no sul do Brasil*. São Paulo: Hucitec.

Woortmann, E. (1995). *Herdeiros, parentes e compadres: colonos do sul e sitiante no Nordeste*. São Paulo: Hucitec; Brasília: UnB.

Para além dos limites da organização formal como objeto: a discussão de referências renegadas

Resumo

A partir de uma abordagem teórica, refletimos sobre a hegemonia da organização formal/burocrática nos estudos organizacionais. Resgatamos a construção teórica do conceito de organização e apresentamos questionamentos sobre a forma com que os EOR (Estudos Organizacionais) privilegiaram a organização formal burocrática como centro de suas discussões. Argumentamos sobre a necessidade e a importância de criar espaços para estudar, investigar e aprender com diferentes formas de organizar. Concluimos que a possibilidade de identificar as organizações que vão além do modelo formal/burocrático representa um esforço que deve ser perseguido para avanço deste campo de investigação. Nossa proposta é reconhecer como no âmbito das pesquisas sociais que não restringem seu escopo de investigação às organizações formais burocráticas, é possível descortinar um universo de possibilidades que são latentes em certos campos acadêmicos mas integram uma realidade concreta da sociedade, tais como organizações comunitárias tradicionais e organizações familiares.

Palavras-chave

Organizações alternativas. Organizações formais. Organizações burocráticas. Modos de organizar. Estudos organizacionais.



Beyond the limits of formal organization as object: the discussion of renegade references

Abstract

This work has a theoretical approach and directs a reflexion about the concept of organization beyond the hegemonic notion of formal organization. We try to look to the historical construction of the concept and try to demonstrate that there has been a deny of other forms of organizations when the focus of organizational studies limited its frontiers inside the formal organization as the centre of its discussions. The necessity to investigate and learn about other forms of organizations, like previous studies in social sciences so as contemporary studies about alternative organizations. We conclude that the possibility to identify organizations in an alternative perspective has to be followed inside the organizational studies, which are denied in certain academic forum but are part of a concrete reality, such as traditional community organizations and family organizations.

Keywords

Alternative organizations. Formal organizations. Bureaucratic organizations. Modes of organizing. Organizational studies.



Además de los límites de la organización formal como objeto: la discusión de referencias renegadas

Resumen

A partir de un abordaje teórico reflexionamos sobre la hegemonía de la organización formal/burocrática en los estudios organizacionales. Rescatamos la construcción teórica del concepto de organización y presentamos cuestionamientos sobre en que los EOR (Estudios Organizacionales) privilegiaron la organización formal burocrática como el centro de sus discusiones. Argumentamos sobre la necesidad e importancia de crear espacios para estudiar, investigar y aprender con diferentes formas de organizar. Concluimos que la posibilidad de identificar las organizaciones que van más allá del modelo formal/burocrático representa un esfuerzo que debe ser perseguido para el avance de este campo de investigación. Nuestra propuesta, en el ámbito de las investigaciones sociales que no restringen su escopo de investigación para las organizaciones formales burocráticas, es posible revelar un universo de posibilidades que están latentes en ciertos campos académicos y que integran una realidad concreta de la sociedad tales como las organizaciones comunitarias tradicionales y las organizaciones familiares.

Palabras clave

Organizaciones alternativas. Organizaciones formales. Organizaciones burocráticas. Modos de organizar. Estudios organizacionales.

Autoria

Carlos Gabriel Eggert Boehs

Doutor em Administração pela Universidade Positivo. Administrador da Companhia Paranaense de Energia. <http://lattes.cnpq.br/0773606562119618>. <http://orcid.org/0000-0003-4248-6910>. E-mail: cgeboehs@gmail.com.

Endereço para correspondência

Carlos Gabriel Eggert Boehs. Companhia Paranaense de Energia. Rua José Izidoro Biazzetto, 158, Bloco A, Mossunguê, Curitiba, PR, Brasil. CEP: 81200-240. Telefone: (+55 41) 33312980, Ramal: 2980.

Como citar esta contribuição

Boehs, C. G. E. (2018). Para além da dos limites da organização formal como objeto: a discussão de referências renegadas. *Farol – Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade*, 5(13), 592-637.

Contribuição submetida em 19 jul. 2017. Aprovada em 2 dez. 2018. Publicada online em 24 jul. 2018. Sistema de avaliação: Double Blind Review. Avaliação sob responsabilidade do Núcleo de Estudos Organizacionais e Sociedade da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais. Editor: Luiz Alex Silva Saraiva.

